

(DES)CONSTRUINDO UMA PESQUISA: NOTAS SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA NUM OBJETO EM TRANSFORMAÇÃO

JACKSON BARBOSA DA COSTA

Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Bahia - UFBA,
jackson.costa@ifsertao-pe.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

Este ensaio tem como propósito refletir sobre os atravessamentos da pandemia na construção de uma pesquisa de doutorado em educação na Universidade Federal da Bahia (UFBA), que toma por objeto as experiências escolares de estudantes das classes populares numa Instituição Federal de Ensino. Trata-se de uma pesquisa empírica de cunho qualitativo que busca compreender as agruras de estudantes em suas trajetórias escolares, em seus atravessamentos de classe, raça, gênero e sexualidade.

Em geral, se já é comum para este segmentos o acesso a uma educação pública precária, percursos escolares acidentados, evasão escolar e outras dificuldades que os colocam diuturnamente à prova, o que dizer dessas experiências no período pandêmico? Como o ensino remoto emergencial tem afetado a produção dessas experiências entre os estudantes? De que forma o contexto tem agravado as desigualdades na educação entre a população pobre, negra, feminina e LGBTQIA+? Como compreender um objeto em mutação? Que tipo de artifícios metodológicos podem ajudar a sair desse impasse? São essas e outras questões buscamos discutir nesse texto, em caráter introdutório.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Essa pesquisa teve início com a elaboração do projeto em fins de 2019, contexto em que nem imaginávamos que seríamos atingidos por uma pandemia de proporções colossais. Na ocasião, a proposta era compreender os casos de estudantes das classes populares que ingressavam numa universidade pública concorrida, denominadas equivocadamente por alguns autores como sucesso escolar. A ideia era investigar suas trajetória escolares até o ingresso nas universidades e analisar como as experiências eram produzidas nesses espaços, tido como um lugar que abre novas janelas de oportunidades, mas também de sofrimentos e dificuldades. Sabemos que o ingresso nas universidades sempre foi um privilégio de classe, historicamente interdito às classes populares, tendência que passou a se modificar nas últimas décadas, através de uma série de políticas educacionais de acesso e permanência¹.

¹ Dentre os principais exemplos citados por Senkevics e Carvalho (2020) estão: políticas como a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni e o Sistema de

Para se ter uma ideia, as vagas ofertadas em cursos de graduação presenciais nas universidades federais brasileiras cresceu 260% entre 2003 e 2017, foram criadas 23 novas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) entre 2005 e 2018 e o número de campi cresceu 176%, com destaque para a região nordeste². O ensino profissionalizante também se expandiu com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) em 2008: se ao longo de seus 96 anos de existência o sistema federal havia construído apenas 140 unidades de ensino, com a criação da RFEPCT, esse número saltou para 644 campi, organizados em 38 IFs em 2016 (POZZER; NEUHOLD, 2019). O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) dedicou recursos crescentes para as IFES até 2016, saindo de R\$ 125 milhões em 2008 para pouco mais de 1 bilhão em 2016³. Como consequência, esses espaços passaram a ser mais ocupados por estudantes negros, pobres, nordestinos, LGBTQ+ e oriundos de escolas públicas, representando de modo mais equilibrado a diversidade étnica, racial, regional, socioeconômica e de gênero existentes na sociedade brasileira.

O objeto em questão resulta, portanto, dos desdobramentos desse contexto, em que a possibilidade de estudantes das classes populares romperem com os lugares a eles impostos tornou-se uma possibilidade mais real. Entretanto, nem tudo são flores. A reviravolta política, que se inicia efetivamente com o golpe jurídico, midiático e parlamentar em 2016 já indicava o que estava por vir. O cenário hoje é de retrocessos, conservadorismo, ultra-neoliberalismo, que ameaçam o próprio estado democrático de direito. No âmbito educacional, o direito à educação é duramente atingido, ameaçando as parcas políticas de inclusão e permanência, tão importantes para romper o ciclo do fracasso escolar, historicamente reservado às classes populares. Tudo isso agravado pelo

Seleção Unificada - SiSU; e, na rede privada, a expansão dos financiamentos estudantis, como o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES e o Programa Universidade para Todos - Prouni; 3) a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); 4) a criação de políticas de ação afirmativa, como a lei de cotas, em 2012; e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2008.

- 2 Dados apresentados na V Pesquisa do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das universidades federais, elaborados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) em 2018.
- 3 Dados apresentados na V Pesquisa do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das universidades federais, elaborados pelo FONAPRACE em parceria com a ANDIFES em 2018.

quadro pandêmico da COVID-19 a partir de 2020, que tem acentuado ainda mais as desigualdades sociais brasileiras. Quais as implicações desses acontecimentos rumo a uma (des)construção do objeto de pesquisa? Como lidar com os desafios metodológicos impostos pelo atual cenário?

3. RESULTADOS

São perguntas ainda em aberto, mas que podemos intuir alguns (des)caminhos. O fato é que o atual cenário aponta para a velha cultura ou projeto do fracasso escolar reservado às minorias sociológicas marginalizadas, cujo direito à educação é constantemente negado. Quando retornarem às atividades presenciais, os estudantes que chegarem às universidades, vão se deparar com uma realidade muito mais dura do que há alguns anos atrás: verão prédios abandonados, laboratórios sucateados e parques investimentos científicos. Por isso, é urgente discutir políticas públicas que viabilizem o enfrentamento do impacto da pandemia na educação superior e o sucateamento das universidades públicas, em curso desde 2016⁴.

O que está em jogo é o velho projeto político em que a educação superior era coisa exclusiva da elite brasileira, o que compromete a própria experiência desses estudantes nesses espaços, seu acesso e permanência. Ainda cabe a célebre frase dita por Darcy Riberio de que a crise na educação brasileira não é simplesmente uma crise, mas um projeto. Portanto, se já era difícil para esse estudantes alcançar e se manter nesses espaços, o que dizer sem o amparo das políticas de Estado.

Se as dificuldades enfrentadas pelos estudantes em sua vida acadêmica é um denominador comum, elas costumam atingir mais duramente estudantes em situação de vulnerabilidade. Dentre as maiores dificuldades que afetam o desempenho acadêmico estão: 1) falta de disciplina de estudo (28,4%), dificuldades financeiras (24,7%), carga excessiva de trabalhos estudantis (23,7%), problemas emocionais (23,7%) e tempo de deslocamento até a universidade (18,9%)⁵. Como podemos observar,

4 Apontamento feitos a partir de Cida Bento em coluna no jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/cida-bento/2021/07/a-cultura-do-fracasso-escolar.shtml#:~:text=O%20estudo%20indica%20ainda%20que,620%20mil%20abandonaram%20a%20escola>. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

5 Dados apresentados na V Pesquisa do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das universidades federais, elaborados pelo FONAPRACE em parceria com a ANDIFES em 2018.

algumas delas estão diretamente ligadas às condições de vulnerabilidade dos estudantes, como as dificuldades financeiras, a necessidade do trabalho e o tempo de deslocamento até às universidades. Daí a importância de políticas como o PNAES por minimizar esses efeitos e contemplar boa parte das dificuldades mencionadas pelos estudantes. E o que falar do ensino remoto? Como ele tem afetado as experiências desses alunos?

O ensino remoto emergencial⁶ foi instituído como uma modalidade virtual alternativa ao ensino presencial, em virtude da pandemia. Pesquisas apontam para um aprofundamento das desigualdades educacionais, que atingem a todos, mas que costuma atingir mais alguns segmentos em especial. O Geledés - Instituto da Mulher Negra realizou a pesquisa intitulada *O direito à educação das meninas negras em tempos de pandemia: o aprofundamento das desigualdades (2021)* em escolas públicas das periferias de São Paulo, com recorte de raça/cor e gênero⁷.

A pesquisa apontou para o aprofundamento das desigualdades entre pessoas brancas e não brancas, em especial as meninas negras já tão vulnerabilizadas no contexto pré-pandemia, através de uma série de problemas relacionados ao acesso, permanência e a realização dos percursos educativos. No que diz respeito à acessibilidade, 77,1% das famílias com acesso à internet acessam por celular próprio, com uma conexão muitas vezes precária e aparelho compartilhado. O computador é utilizado por 63,6% das famílias brancas e apenas 23,81% das famílias negras; 38,64% não tem espaço apropriado para estudar e apenas 58,5% das meninas negras está realizando as tarefas escolares, isso quando têm acesso ao material didático pedagógico. Com relação ao aprendizado, 27,4% das famílias negras alegam que seus filhos não conseguem aprender e 53,42% às vezes, já para as famílias brancas esse percentual é de 9% e 63,6%. respectivamente⁸.

6 O Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi instituído pelo Ministério da Educação por meio da Portaria Nº 544 de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, inicialmente prevista até 31 de dezembro de 2020. Posteriormente foi homologada pelo MEC o parecer nº19 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estendeu o prazo até 31 de dezembro de 2021.

7 Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-educacao-de-meninas-negras-em-tempos-de-pandemia-o-aprofundamento-das-desigualdades-2/>. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

8 Dados da pesquisa intitulada “O direito à educação das meninas negras em tempos de pandemia: o aprofundamento das desigualdades” realizada pelo Geledés Instituto da Mulher Negra. A pesquisa completa pode ser acessada através do link: <https://www.geledes.org.br/a-educacao-de-meninas-negras-em-tempos-de-pandemia-o-aprofundamento-das-desigualdades-2/>.

Para melhor compreender esses e outros processos atualmente em curso rumo à (des)construção do nosso objeto de pesquisa, recorreremos ao conceito de intersercionalidade. De forma simplificada, o conceito é uma sensibilidade analítica, que “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2019, p.19). Assim, buscamos referenciais teóricos e metodológicos que nos instrumentalizem a captar as experiências e vivências destes estudantes em seus diferentes atravessamentos. Com isso, esperamos tensionar o olhar dos participantes, evidenciar experiências normalmente invisibilizadas e apontar formas de resistência, nos quadros de uma pesquisa socialmente engajada com claro compromisso ético político.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – ANDIFES. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES – 2018**. Uberlândia, 2019.

BENTO, Cida. **A cultura do fracasso escolar**. Folha de São Paulo, 21 de julho de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/cida-bento/2021/07/a-cultura-do-fracasso-escolar.shtml#:~:text=O%20estudo%20indica%20ainda%20que,620%20mil%20abandonaram%20a%20escola.> Acesso em: 24 de agosto de 2021.

GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **I fonográfico – a educação de meninas negras em tempos de pandemia**: o aprofundamento das desigualdades. 13 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-educacao-de-meninas-negras-em-tempos-de-pandemia-o-aprofundamento-das-desigualdades-2/>. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

NEUHOLD, R. Dos R.; POZZER, M. R. O (Orgs.). **O contexto da educação profissional técnica na América Latina e os dez anos dos Institutos Federais (2008-2018)**. Maceió, AL: Café com Sociologia, 2019.

SENKEVICS, A. S.; CARVALHO, M. P. de. **Novas e velhas barreiras à escolarização da juventude**. Estudos Avançados 34 (99), p.333-351, 2020.